A TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENTES FORMAS DE APRENDIZAGEM, EXPRESSÃO E AVALIAÇÃO ESCOLAR.

Raquel Cristina dos Santos Silva[1];
Estudante do Programa de Pós-graduação de Metodologias de Ensino e Processos de Aprendizagem (PPGENAP), UFRN, Caicó, Brasil, Raquel.cristina.098@ufrn.edu.br[1]
Maria Aparecida Vieira Melo[2]
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil,
E-mail: maria.aparecida.melo@ufrn.br[2]

RESUMO

Este estudo discute a avaliação escolar a partir da Teoria das Inteligências Múltiplas, problematizando práticas ainda centradas em modelos padronizados que nem sempre reconhecem as diferentes formas de aprender e de se expressar dos estudantes. A reflexão parte da narrativa de Luizinho, apresentada por Antunes (2001), que evidencia como o conhecimento pode ser desconsiderado quando não se manifesta nos formatos tradicionalmente exigidos pela escola. Nesse contexto, retoma-se a teoria proposta por Gardner, que amplia o conceito de inteligência ao reconhecer a existência de múltiplas competências, rompendo com a lógica reducionista dos testes de QI. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em autores que discutem a aprendizagem e a avaliação no contexto educacional. As análises indicam que, embora o discurso pedagógico avance na valorização da diversidade, as práticas avaliativas ainda permanecem, em grande medida, restritas a instrumentos tradicionais. Assim, a Teoria das Inteligências Múltiplas se apresenta como um caminho para tensionar essas práticas, ao propor uma avaliação mais sensível, que considere os diferentes modos de aprender e de expressar o conhecimento. Conclui-se que repensar a avaliação implica reconhecer o estudante em sua singularidade, superando práticas que limitam e invisibilizam saberes.

Palavras-chave: Inteligências Múltiplas; Avaliação; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Celso Antunes, professor e escritor brasileiro, publicou, no início dos anos 2000, a obra Marinheiros e professores, composta por crônicas que abordam a escola (Antunes, 2001). Em uma de suas narrativas, o autor apresenta a história de "Luizinho da segunda fila". Luizinho era aluno de Marcelo, professor de Geografia, que trabalhava com sua turma o conteúdo referente ao bioma Pantanal. Em suas aulas, o docente explorou o tema de diferentes formas: por meio de registros no quadro, explicações verbais carregadas de emoção, além do uso de imagens e vídeos, buscando sensibilizar os alunos com a riqueza de detalhes apresentados.

Todavia, como ocorre na maioria das escolas, ao final do bimestre letivo a turma foi submetida a uma avaliação com o objetivo de mensurar o desempenho dos estudantes. Marcelo solicitou que os alunos elaborassem uma redação sobre o Pantanal. Grande parte da turma escreveu rapidamente, demonstrando domínio do conteúdo. Contudo, Marcelo ficou intrigado com Luizinho, que não escreveu nenhuma linha. O professor indignou-se e questionava-se como o aluno havia demonstrado tanto envolvimento durante as aulas, mas, no momento da avaliação, não conseguia expressar o que sabia por meio da linguagem escrita.

Após algum tempo, Luizinho utilizou a folha em branco para ilustrar o Pantanal. O desenho revelava um talento imensurável, dada a riqueza de detalhes e o realismo da representação. Ao observá-lo, Marcelo questionou se o aluno já havia visitado o Pantanal, ao que Luizinho respondeu que o conhecia apenas por meio das aulas. O sinal tocou e Luizinho não escreveu nada além do desenho. Ao receber a nota, infelizmente obteve zero. Embora tenha demonstrado domínio do conteúdo, por não o expressar por meio da linguagem escrita, que foi solicitada pelo professor, Luizinho não atingiu a pontuação necessária para sua aprovação.

A narrativa apresentada utiliza personagens fictícios inseridos em uma realidade cotidiana das escolas brasileiras, conforme destaca Antunes ao afirmar que:

> A história de Luizinho repete-se em muitas escolas. Sua inteligência pictórica é imensa, colossal, lúcida, clara e contrasta visivelmente com as limitações de sua competência verbal. Expressou o que sabia, da maneira como conseguia. Mas, não são todos os professores que se encontram treinados para ouvir linguagens diferentes das que a escola instituiu como única e universal (Antunes, 2001, p. 74).

Ainda na década de 1980, o psicólogo Howard Gardner já demonstrava inquietação com esse modelo escolar. À época, o conceito de inteligência encontrava-se fortemente associado aos testes de QI (Quociente de Inteligência), de modo que apenas os indivíduos com desempenho destacado em matemática e linguagem eram considerados "inteligentes". Com o passar do tempo, esses testes se popularizaram de tal maneira que passaram a ser utilizados em diferentes contextos.

No âmbito escolar, os testes de QI foram incorporados como instrumentos para avaliar a inteligência, sendo utilizados para "avaliar o fracasso escolar, descrever comportamentos, selecionar candidatos a emprego, entre outros" (Souza; Sikto, 2022). Diante desse cenário, Gardner desenvolveu seus estudos na Universidade de Harvard e formulou a Teoria das Inteligências Múltiplas. Essa teoria defende que não é possível mensurar a inteligência humana por meio de um único teste padronizado, como o de QI. Em uma sala de aula composta por sujeitos diversos, com diferentes potencialidades, um instrumento que privilegia apenas a inteligência lógico-matemática ou linguística desconsidera inteligências como a pictórica, musical ou espacial, contribuindo, assim, para a exclusão e a inferiorização de estudantes cujas habilidades não se enquadram nesses padrões.

Dito isso, a avaliação da aprendizagem passa a ocupar um lugar central no debate educacional. Entende-se por avaliação os meios e instrumentos de que o professor dispõe para analisar as dificuldades e os avanços dos estudantes (Neto; Aquino, 2003). Embora a escola contemporânea, em seus discursos, enfatize a necessidade da diversidade de instrumentos avaliativos, na prática, as avaliações ainda se mostram, em grande medida, padronizadas e centradas em instrumentos tradicionais, como provas escritas, que nem sempre contemplam as singularidades dos estudantes. Nesse contexto de inquietude, surge a seguinte problematização: de que maneira a Teoria das Inteligências Múltiplas pode contribuir para a ressignificação das práticas pedagógicas e avaliativas no ambiente escolar, de modo a promover um ambiente que valorize as diferentes formas de aprendizagem?

Para respondê-la, elencou-se como objetivo geral analisar a Teoria das Inteligências Múltiplas e seus fundamentos, bem como suas contribuições para a prática pedagógica, com ênfase no processo de avaliação da aprendizagem. Como objetivos específicos, busca-se compreender a teoria e seus pressupostos, analisar seu impacto no contexto escolar, especialmente no que se refere à avaliação, e, por fim, refletir como a diversificação das práticas avaliativas pode favorecer uma aprendizagem mais equitativa.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo, fundamentada em autores que discutem a Teoria das Inteligências Múltiplas e a

avaliação da aprendizagem no contexto educacional, como Gardner (1993, 1994) e Hoffmann (2014). A análise dos materiais selecionados possibilitou a compreensão de que, apesar dos avanços das discussões acerca da Teoria das Inteligências Múltiplas como base metodológica e avaliativa, na prática, ainda predomina a utilização de modelos tradicionais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo em vista que seu objetivo consiste na interpretação de significados, não se pautando em dados numéricos (Deslandes; Cruz Neto; Gomes, 1994).

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em periódicos da área da Educação, como SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES, com o intuito de identificar produções acadêmicas, desde resumos expandidos até teses, relacionadas à temática das inteligências múltiplas na Educação Básica. Para a busca, foram utilizadas palavras-chave como “inteligências múltiplas”, “avaliação” e “educação básica”, entre outras, combinadas entre si.

Cabe destacar que os resultados obtidos mostraram-se ainda incipientes, especialmente quando delimitados à Educação Básica, evidenciando um número reduzido de produções acadêmicas sobre a temática. Tal constatação reforça não apenas a relevância do presente estudo, mas também a necessidade de ampliação das pesquisas nessa área.

Além disso, foram realizadas leituras de capítulos de obras do psicólogo Howard Gardner (1993, 1994), autor da Teoria das Inteligências Múltiplas, bem como de produções acadêmicas de Jussara Hoffmann (2014), com o objetivo de aprofundar a compreensão teórica e estabelecer um diálogo entre os autores no que se refere às práticas avaliativas.

Após a leitura do material selecionado, procedeu-se à análise dos dados, cujo desenvolvimento seguiu os pressupostos de Bardin (1997). O processo ocorreu em três momentos: a pré-análise, caracterizada por leituras iniciais das produções acadêmicas, com o objetivo de selecionar os materiais mais relevantes; a exploração do material, por meio de leituras detalhadas, acompanhadas de grifos e reflexões; e, por fim, o tratamento dos resultados e sua interpretação, momento em que se realizou a articulação entre os dados obtidos na revisão bibliográfica e a problemática proposta, relacionando os pensamentos dos autores e possibilitando compreender como a Teoria das Inteligências Múltiplas pode contribuir como base metodológica para a construção de práticas avaliativas mais justas e equitativas.

PARA ALÉM DO Q.I

Em meados do século XX, a elite francesa solicitou a Alfred Binet, psicólogo e pedagogo francês, a elaboração de um instrumento capaz de prever quais estudantes teriam sucesso nos liceus parisienses, instituições equivalentes ao atual ensino médio brasileiro. Em resposta a essa demanda, Binet desenvolveu um teste que avaliava predominantemente habilidades linguísticas e de raciocínio lógico-matemático, únicas capacidades passíveis de mensuração por meio do referido instrumento naquele contexto histórico (Gama, 2012).

No âmbito escolar o teste passou a influenciar práticas pedagógicas e processos avaliativos. Dessa forma, estudantes que demonstravam bom desempenho em linguagem e matemática eram aprovados e classificados como "inteligentes", enquanto aqueles que não se destacavam nessas áreas eram, frequentemente, submetidos a repetidas reprovações ao longo de sua trajetória escolar.

Diante desse cenário reducionista de compreensão da inteligência, o pesquisador, professor e psicólogo da Universidade de Harvard, Howard Gardner, passou a observar criticamente tais práticas, inquietando-se com a limitação conceitual que elas impunham ao desenvolvimento humano. Para Gardner, cada sujeito possui formas singulares de se expressar e aprender, que não se restringem às dimensões linguística e lógico-matemática tradicionalmente valorizadas no ambiente escolar (Bassoto; Becker, 2020).

Nesse sentido, Gardner (1994) defende que indivíduos que se expressam por meio da música, da dança, do corpo ou de outras linguagens são tão inteligentes quanto aqueles que demonstram domínio dos números ou da linguagem verbal. Assim, em 1980, o autor propôs a Teoria das Inteligências Múltiplas, fundamentada na ideia de que a inteligência não é uma entidade única, mas composta por uma multiplicidade de competências relativamente independentes, todas igualmente importantes, sem hierarquização entre elas.

De acordo com Gardner, inicialmente foram identificadas oito inteligências: linguística, lógico-matemática, corporal-cinestésica, musical, intrapessoal, interpessoal, naturalista e espacial. Cada uma dessas inteligências apresenta características específicas e modos próprios de manifestação. A inteligência linguística está relacionada à facilidade de leitura, escrita e expressão oral; a lógico-matemática refere-se à capacidade de resolver problemas, identificar padrões e operar com números; a musical envolve sensibilidade a sons, ritmos e timbres; a naturalista diz respeito à capacidade de reconhecer, compreender e interagir com o meio ambiente. A inteligência interpessoal caracteriza-se pela habilidade de compreender o outro, estabelecer relações sociais e cooperar, enquanto a intrapessoal refere-se ao autoconhecimento, à compreensão das próprias emoções e sentimentos. A inteligência

corporal-cinestésica manifesta-se no controle e na utilização eficiente do corpo em movimentos coordenados, e a espacial relaciona-se à percepção e organização do espaço, sendo fundamental em atividades como arquitetura, design e artes visuais (Gardner, 1993).

Assim, percebe-se que, Gardner, ao se dedicar ao estudo do comportamento humano e evidenciar as diferentes formas de aprendizagem e expressão, parte do pressuposto de que cada estudante em sala de aula é único. Nesse sentido, tentar padronizar o que, por natureza, é plural, ao pressupor que uma única metodologia atende igualmente a todos, revela-se uma limitação do próprio sistema educacional. Ainda que de forma implícita, a teoria aponta para a necessidade de uma avaliação mais sensível às singularidades dos estudantes. A compreensão dessa perspectiva será aprofundada no tópico a seguir.

AVALIAÇÃO E SUAS CLASSIFICAÇÕES

No ambiente educacional, segundo Luckesi (1998), a avaliação pode ser definida como um processo sistemático de coleta e análise de informações sobre o desenvolvimento dos estudantes. Ou seja, trata-se dos meios e instrumentos utilizados pelos professores para compreender se a criança ou o adolescente está evoluindo, ou não, em relação aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Todavia, ao perguntar a um aluno, especialmente dos anos finais do ensino fundamental ou do ensino médio, o que é avaliação, grande parte responderá: provas e simulados. Esse entendimento evidencia que, embora existam diferentes tipos de avaliação (que serão apresentados a seguir), ainda predomina, no cotidiano escolar, uma visão restrita e centrada em práticas tradicionais.

Atualmente, reconhecem-se quatro tipos de avaliação no contexto educacional. A avaliação diagnóstica, conforme Hoffmann (2014), ela busca identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, permitindo ao professor compreender o nível em que se encontram e, a partir disso, planejar suas aulas. Trata-se de uma etapa fundamental, pois sua ausência pode levar tanto à repetição de conteúdos já dominados, quanto à introdução de temas para os quais os estudantes ainda não possuem base, tornando o processo de aprendizagem desmotivador e pouco significativo.

A avaliação formativa, por sua vez, conforme Perrenoud (1999), ocorre de maneira contínua ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, o professor acompanha o desenvolvimento do estudante e oferece devolutivas que possibilitam ajustes, avanços e novas construções. Para Freire (1996), essa avaliação, de caráter dialógico e

reflexivo, é essencial, pois contribui para a autonomia do estudante e para a construção de uma aprendizagem mais consciente e significativa.

No entanto, como mencionado anteriormente, a avaliação que ainda predomina nas escolas é a somativa (ou tradicional). De acordo com Hoffmann (2014), essa avaliação se caracteriza pelo uso de instrumentos voltados à atribuição de notas, tendo como foco o resultado final. O sistema educacional, em grande medida, ainda se organiza a partir dessa lógica, estabelecendo notas máximas, médias para aprovação e critérios que, muitas vezes, não consideram o percurso do estudante. Nesse contexto, Freire (1996) destaca que esse modelo pode reforçar desigualdades, uma vez que desconsidera fatores sociais e culturais que influenciam diretamente o processo de aprendizagem. Assim, estudantes que dispõem de mais recursos e tempo para estudo tendem a apresentar melhores resultados, em comparação àqueles que enfrentam outras realidades.

Além disso, trata-se de um modelo avaliativo que pode gerar impactos emocionais significativos. Hoffmann (2014) ressalta que muitos estudantes passam a se preocupar mais com a nota final do que com o próprio processo de aprendizagem, o que pode desencadear sentimentos de ansiedade, comparação e, em alguns casos, a rotulação entre “bons” e “maus” alunos.

Por fim, destaca-se a avaliação externa, que compreende instrumentos aplicados em larga escala com o objetivo de analisar o desempenho dos estudantes e das instituições, como o SAEB (Sistema de Avaliação Básica) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Essas avaliações também exercem influência sobre o contexto escolar, orientando práticas e expectativas.

Diante disso, percebe-se que a avaliação está presente em toda a dinâmica escolar. No entanto, cabe ao docente refletir criticamente sobre suas escolhas, buscando utilizar práticas avaliativas que não apenas mensurem resultados, mas que também considerem os processos, as singularidades e o bem-estar emocional dos estudantes.

UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E OS TIPOS DE AVALIAÇÃO

Gardner (1994) já observava que os professores, em sua prática cotidiana, utilizam diferentes formas de conduzir suas aulas, assim como Marcelo, personagem do conto de Antunes (2001), citado na introdução. No entanto, no momento da avaliação, muitos acabam desconsiderando todo o processo participativo, dialógico e reflexivo construído ao longo das

aulas, reduzindo a aprendizagem dos estudantes a uma única medida: a prova ao final do bimestre, característica de uma avaliação somativa.

Segundo Piccolo et al. (2018), ao adotar a Teoria das Inteligências Múltiplas como base pedagógica, o professor passa a desenvolver uma metodologia que acolhe as diferentes formas de ensinar, avaliar e, sobretudo, aprender, promovendo, assim, maior equidade no processo educativo. Nessa perspectiva, um aluno hipotético A, que apresenta dificuldades na inteligência lógico-matemática, pode ser estimulado a partir de sua inteligência predominante, permitindo que números, operações e o raciocínio lógico passem, gradualmente, a fazer sentido em sua realidade. É justamente nesse momento, quando o aprendizado ganha significado, que se torna essencial que o professor não cometa a injustiça de avaliá-lo exclusivamente por meio de uma prova numérica, desconsiderando, e, por vezes, inferiorizando todo o percurso construído até ali.

Diante dessa perspectiva, compreende-se que há múltiplas formas de aprender e de se expressar, o que impõe à escola o desafio de repensar suas práticas pedagógicas e avaliativas. Testes de Q.I., por si só, mostram-se insuficientes para mensurar a complexidade intelectual de uma turma heterogênea. Torna-se, portanto, imprescindível a diversificação de instrumentos avaliativos, metodologias e estratégias de ensino, de modo a contemplar as diferentes potencialidades dos estudantes e favorecer uma educação mais inclusiva e equitativa (Garutti, 2012).

Nesse sentido, a Teoria das Inteligências Múltiplas nos convida a repensar a avaliação como um momento de reconhecimento, e não de limitação. Se cada estudante aprende de uma forma, faz-se necessário que ele também tenha a oportunidade de expressar o que sabe por diferentes caminhos. Avaliar, nessa perspectiva, é estar atento aos detalhes, é perceber o avanço que, muitas vezes, não aparece em uma prova escrita, mas se revela em um desenho, em uma fala, em uma atitude. É compreender que o conhecimento se manifesta de formas diversas e que todas elas carregam valor e significado.

Assim, ao considerar as múltiplas inteligências no processo avaliativo, a escola se aproxima de uma prática mais justa e sensível às realidades dos estudantes. Isso implica olhar para além do acerto ou erro, reconhecendo o percurso, o esforço e as possibilidades de cada sujeito. Quando a avaliação assume esse lugar, ela deixa de ser um instrumento de exclusão e passa a ser um espaço de acolhimento, contribuindo não apenas para a aprendizagem, mas também para a construção da confiança, da autonomia e do sentimento de pertencimento dos estudantes no ambiente escolar, conforme defendo Freire (1996).

CONCLUSÃO

As discussões propostas evidenciam que repensar a avaliação não é apenas uma questão metodológica, mas uma necessidade urgente diante das limitações ainda presentes na prática escolar. A história de Luizinho, personagem de Antunes (2001), não se trata de um caso isolado, mas de uma realidade recorrente em que o conhecimento é reduzido a um único formato de expressão. Nesse cenário, muitos estudantes seguem sendo avaliados não pelo que aprenderam, mas pela forma como conseguem demonstrar esse aprendizado.

A Teoria das Inteligências Múltiplas tensiona essa lógica ao evidenciar que diferentes formas de aprender exigem, igualmente, diferentes formas de avaliar. Ignorar essa diversidade é manter práticas que, ainda que naturalizadas, contribuem para a exclusão e para o enfraquecimento da relação do estudante com o próprio aprender.

Assim, mais do que propor novas estratégias, trata-se de assumir uma postura crítica diante da avaliação, reconhecendo seus limites e suas implicações. Nesse movimento, a escola pode avançar na construção de práticas mais coerentes com a diversidade que a constitui, criando condições para que os estudantes não apenas aprendam, mas também se sintam reconhecidos nesse processo.

Diante do que foi discutido neste estudo, compreende-se que falar sobre avaliação, por si só, não é suficiente quando, na prática, a teoria é negligenciada. Nesse sentido, convida-se o leitor-professor a realizar uma autorreflexão crítica sobre sua prática pedagógica, e o leitor-pesquisador a seguir investigando, buscando e implementando melhorias nesse sistema ainda carente. Assim, espera-se que, em um futuro próximo, possamos construir um sistema educacional que não apenas reconheça as diferentes formas de aprender e se expressar, mas que também as acolha e valorize de maneira efetiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. *Marinheiros e professores: crônicas simples sobre escola, ensino, disciplina, inteligências emocionais, criatividade, construtivismo, inteligências múltiplas, professores e alunos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1977.

BASSOLTO, Bárbara de Almeida; BECKER, Elsbeth Léia Spode. Inteligências múltiplas relacionadas aos campos de experiência da Base Nacional Comum Curricular na Educação Infantil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 6, 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMA, M. C. S. S. A teoria das inteligências múltiplas e suas implicações para a educação. *Revista Educação Especial*, n. 50, p. 665–674, 2012.

GARDNER, Howard. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GARDNER, Howard. *Estructuras de la mente: la teoría de las inteligencias múltiples.* Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GARUTTI, G. A teoria das inteligências múltiplas como conceito de educação ambiental. *Revista Intersaberes*, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 291–308, 2012. DOI: 10.22169/revint.v7i14.325. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/325. Acesso em: 5 jan. 2026.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para Promover: As Sete Faces da Avaliação.* Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem Escolar.* São Paulo: Cortez, 1998

NISTA-PICCOLO, Vilma Leni; SILVA, Yara Machado da; MELLO, Flora Loureiro de. *A Inteligência Humana e o Cotidiano Escolar.* Série-Estudos, Campo Grande, v. 23, n. 47, p. 27–41, 2018. DOI: 10.20435/serie-estudos.v23i47.1114. Disponível em: https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1114. Acesso em: 28 Jan. 2026.

SOUZA, G. M.; SITKO, C. M. A teoria das inteligências múltiplas no processo de ensino e aprendizagem e a atividade criativa. *Scientia Plena*, v. 18, n. 8, 2022.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens*. Porto Alegre: Artmed, 1999.